



RELATÓRIO

EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

(Al. c) do n.º 4 do artigo 40º da Lei das Finanças Locais)

INDÍCE

1. INTRODUÇÃO	3
2. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	5
2.1 BALANÇOS	5
2.1.1 ACTIVO	7
2.1.2 PASSIVO	8
2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	9
2.2.1 PROVEITOS	10
2.2.2 CUSTOS	10
2.2.3 RESULTADOS	11
2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA	12
2.4 NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO	13
3. EFEITOS DAS MEDIDAS ADOPTADAS	15
4. CONCLUSÃO	17

1. INTRODUÇÃO

Considerando a conjuntura económica em que o Município de Vouzela se encontrava no final de 2007 – era evidente o seu desequilíbrio financeiro conjuntural de tesouraria –, reconhecendo-se a importância dos desafios e das obrigações com que diariamente era e é confrontado, e consciente da necessidade urgente de reequilibrar as finanças municipais, foi proposta a realização de uma operação de saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e consolidação do seu passivo financeiro (cfr. art.º 40º da Lei n.º 2/2007, de 15/01 e art.º 3º do Dec-Lei n.º 38/2008, de 7/03).

Da análise do estudo sobre a situação financeira da Autarquia verificou-se que a origem do endividamento excessivo repentino, por isso, rápido e acidental (conjuntural), se ficou a dever aos investimentos estruturantes, em áreas como o abastecimento de água e saneamento, a rede viária, o desporto e a educação, que eram inadiáveis e, por isso, essenciais ao Município. A este respeito refira-se que a Autarquia tem sabido aproveitar as oportunidades que se lhe têm colocado. Em 6 anos, realizou investimentos no montante de 27,09 milhões de euros, candidatou 17 projectos ao FEDER, num investimento elegível de 12,6 milhões de euros com um financiamento assegurado de 8 milhões de euros. A utilização dos fundos comunitários disponibilizados para o nosso País, deveria ser encarado como um desígnio nacional, de molde a que nenhum cêntimo seja devolvido à U.E.

No planeamento e execução dos seus projectos de investimento sempre esteve patente a preocupação de maximizar a eficiência por via da execução de projectos que levassem o Município a “funcionar melhor” no contexto local, regional e nacional, através da oferta de bens públicos e das externalidades de que o concelho, a região e o país carecem, transformando as suas potencialidades em verdadeiras oportunidades.

Mais, estes investimentos deveriam ter sido financiados à custa de empréstimos de M/L prazo, tendo assim em consideração uma regra que poderemos designar de Regra do Equilíbrio Financeiro Mínimo. Esta regra pressupõe a constante prática de uma política de financiamento, que consiste na permanente adequação do grau de liquidez das aplicações ao grau de exigibilidade dos fundos utilizados para o seu financiamento. Significa isto que a

realização de um investimento, cujo grau de liquidez é lento, não deverá ser feita com fundos exigíveis a curto prazo, mas sim com recursos financeiros que “permaneçam” na autarquia durante o tempo mínimo necessário para que sejam gerados os meios líquidos suficientes para fazer face ao respectivo reembolso. Este e outros pressupostos foram, a partir de 2003, substancialmente alterados pelas restrições impostas ao recurso a financiamento bancário por parte dos municípios, nos sucessivos Orçamentos de Estado.

Daqui, facilmente se constata que os atrasos das dívidas a fornecedores c/c, resultaram da pressão feita pelos fornecedores de imobilizado. Se as primeiras são dívidas de funcionamento as segundas são dívidas de financiamento pelo que era aconselhável a sua substituição por empréstimos de médio e longo prazo.

Em face do exposto, a 12/12/2007, o Executivo Municipal apreciou e aprovou o Estudo relativo à situação financeira e respectivo Plano de Saneamento Financeiro, bem como a contracção de um empréstimo bancário para o efeito, que veio a obter a necessária aprovação por parte da Assembleia Municipal a 27/12/2007. O Município de Vouzela celebrou então um contrato de empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos a 09/01/2008, o qual veio a obter o necessário visto do Tribunal de Contas a 31/07/2008. A 20 de Agosto o Município pediu a libertação do montante de 7.000.000€, valor que aplicou integralmente no pagamento das dívidas a terceiros, tal como resulta do Plano de Saneamento Financeiro.

2. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O presente relatório pretende assim dar cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 4, do artigo 40º da Lei das Finanças Locais ao procurar traduzir, ainda que de forma sintética, a execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Vouzela.

Conforme dispõe a supra citada norma legal este relatório é semestral, daí que, tendo em atenção a data de visto do Tribunal de Contas, a análise ora efectuada deveria incidir sobre o período de 01/08/2008 a 31/01/2009. Contudo, porque estamos na presença de um espaço temporal que abrange dois anos económicos, iremos limitar-nos à verificação do grau de execução do Plano de Saneamento Financeiro durante os últimos cinco meses de 2008, termos em que os valores apresentados terão por referência 31/12/2008. Quanto ao mês de Janeiro de 2009, a sua análise será incorporada na apresentação do 2º relatório semestral que terá por referência 30/06/2009.

A análise efectuada será complementada com a apresentação de 3 mapas, que reputamos de fundamentais para esta análise, são eles, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Mapa de Fluxos de Tesouraria.

Estes mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do Plano de Saneamento Financeiro - “2008 Previsional”, os valores constantes da contabilidade municipal à data de 31/12/2008 – “2008 Real” e os desvios verificados.

2.1 BALANÇOS

Iniciaremos a nossa análise pela apresentação do Mapa 1, que procura estabelecer a comparação entre Balanços. De um dos lados valores previstos no Plano de Saneamento e do outro os valores reais à data do fim do ano 2008.

Mapa 1
Balanços

	2008 Previsional (1)	2008 Real (2)	a) 2008 Real Corrigido (3)	Desvios (4) = (3/1)
ACTIVO				
Imobilizado bruto	106.750.070	119.616.778	b)108.229.715	1,39%
Bens do Domínio Público	53.293.785	77.995.262	66.608199	24,98%
Imobilizado Incorpóreo	135.465	135.465	135.465	0,00%
Imobilizado Corpóreo	36.156.251	33.072.100	33.072.100	-8,53%
Investimentos financeiros	770.000	1.311.939	1.311.939	70,38%
Imobilizado em curso	16.394.569	7.102.012	7.102.012	-56,68%
Amortizações Acumuladas	20.536.461	21.033.273	21.033.273	2,42%
Existências	127.578	126.021	126.021	-1,22%
Matérias-primas	127.578	126.021	126.021	-1,22%
Dívidas de terceiros - curto prazo	12.968	1.150.058	1.150.058	8768,70%
Clientes	10.311	15.817	15.817	53,40%
Outros	2.657	1.134.241	1.134.241	42595,20%
Disponibilidades	759.683	304.650	304.650	-59,90%
Acréscimos e Diferimentos	4.346	507.437	507.437	11575,46%
TOTAL ACTIVO	87.118.184	100.671.671	89.284.608	2,49%
PASSIVO				
Provisões p/ riscos encargos	140.000	140.000	140.000	0,00%
Dividas 3ºM/L prazo	13.995.033	13.829.490	13.829.490	-1,18%
Dívidas a Instituições de crédito	13.995.033	13.829.490	13.829.490	-1,18%
Dividas a 3º de Curto prazo	502.285	368.406	368.406	-26,65%
Fornecedores	161.176	182.699	182.699	13,35%
Sector público	15.491	36.586	36.586	136,18%
Outras dividas	325.618	149.121	149.121	-54,20%
Acréscimos e Diferimentos	3.447.195	7.202.345	7.202.345	108,93%
TOTAL PASSIVO	18.084.512	21.540.241	21.540.241	19,11%
FUNDOS PRÓPRIOS				
Património	74.265.241	85.652.304	b) 74.265.241	0,00%
Reservas	192.486	192.486	192.486	0,00%
Resultados Transitados	-4.677.869	-5.783.387	-5.783.387	23,63%
Resultados Líquidos	-746.187	-929.973	-929.973	24,63%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	69.033.671	77.569.501	67.744.367	-1,87%
PASSIVO+FUNDOS PRÓPRIOS	87.118.184	99.109.741	89.284.608	2,49%

Nota: a) A coluna do Balanço “2008 real corrigido” foi criada para efeitos de análise e comparabilidade das rubricas de balanço constante do Plano de Saneamento com os valores efectivamente realizados. O princípio da consistência obrigada a que sejam realçadas as diferenças no critério de relevação contabilística entre o previsto (saneamento) e o realizado.

b) O Plano de Saneamento Financeiro não contemplou, na rubrica Bens do domínio Público, o valor correspondente à actualização do inventário, através do registo de bens imóveis que teve como contrapartida o aumento da rubrica “Património”.

Efectuaremos de seguida algumas considerações determinantes para uma melhor compreensão dos desvios “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas que consideramos mais relevantes sofreram face ao previsto no Plano de Saneamento.

2.1.1 ACTIVO

O “Imobilizado Bruto” registou um acréscimo de 1,39% face ao inicialmente previsto, para o que foi determinante o valor dos investimentos efectuado no valor de 3.179.645€, face ao valor previsto de 1.700.000€.

Se o valor das Existências se manteve praticamente constante, as Dívidas de terceiros de curto prazo apresentam, um valor muito superior ao previsto. Essas dívidas de curto prazo são, não só, dívidas de clientes, resultantes de atrasos no pagamento dos consumos de água, mas também, dívidas do Estado (na subrubrica outros) para com o Município. Estamos, neste caso, perante **créditos sobre terceiros** – créditos **certos e firmes** - que sustentaram despesa pública e custos patrimoniais correspondentes aos investimentos realizados, que foram registados, por contrapartida da conta de Proveitos diferidos, em obediência ao princípio contabilístico da especialização dos exercícios do POCAL. Recorde-se que aquando da elaboração do orçamento a previsão daquelas receitas serviu para, na óptica orçamental, serem inscritas no orçamento da receita e reflectirem-se como contrapartida da despesa. Estão nesta situação:

- 1- Projectos financiados por fundos comunitários – 187.802,56 €;
- 2- Protocolos de Cooperação Técnica e Financeira – 944.071,98€;

Assim, a rubrica “Disponibilidades” observa uma variação negativa de 59,90% face ao estimado. Este desvio tão acentuado resulta, fundamentalmente do facto do Estado não ter solvido, atempadamente, os compromissos relativos a transferências provenientes de Fundos Comunitários e protocolos de cooperação técnica e financeira que assumiu com o Município de Vouzela.

Os “Acréscimos e diferimentos”, no valor de 507.437€, referem-se a “Acréscimos de proveitos” – 467.253€ e “Custos diferidos” – 40.184€. A rubrica

“Acréscimos de proveitos” refere-se aos proveitos a registar no próprio exercício, mas cuja receita só se realizará no exercício seguinte. Estão nesta situação:

- 1- Projectos financiados por fundos comunitários - 149.901,08€;
- 2- Delegações de competências da Administração Central – 63.357,07€;
- 3- Outras situações (Renda de concessão da EDP, Parques Eólicos, etc.) – 253.994,79€.

2.1.2 PASSIVO

As “Dívidas a terceiros de médio longo prazo, que reflectem o stock da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo, apresenta uma ligeira redução de 1,18% face ao estimado. Daquele montante de dívida, 1.425.594€ diz respeito a empréstimos excepcionados, e os restantes 12.403.896€ são empréstimos não excepcionados, entre os quais se encontra o empréstimo de saneamento financeiro no valor de 7.000.000€.

As dívidas a terceiros a curto prazo apresentam, em termos globais, uma redução de 26,65%. Para este facto muito contribuiu o prazo médio de pagamento a fornecedores que o Município passou a praticar e que no final do ano, rondava os 24 dias (= <30 dias).

A conta passiva de “Acréscimos e diferimentos”, no valor de 7.202.345€, apresenta um acréscimo muito significativo. Uma parte diz respeito a “Proveitos diferidos – subsídios/transferências para investimentos”, no montante de 6.502.354,22€, que serão movimentados numa base sistemática para a respectiva conta de proveitos, à medida que sejam contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, e a outra parte relativa a “Acréscimo de custos”, no valor de 699.990,73€, tem por base os encargos com férias, os juros a liquidar respeitantes a empréstimos bancários, os encargos com a segurança social dos funcionários públicos e do regime geral, e ainda outros custos de peso menos significativo, tais como, a electricidade e as comunicações do mês de Dezembro.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Apresenta-se de seguida o Mapa 2, que reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a evolução dos respectivos custos, proveitos e resultados.

Mapa 2
Demonstração de Resultados

	2008 Previsional	2008 Real	b) 2008 Real Corrigido	Desvios
Vendas	272.585	283.534	283.534	4,02%
- Produtos	232.009	280.545	280.545	20,92%
- Mercadorias	40.576	2.989	2.989	-92,63%
Prestação serviços	750.883	518.089	c) 961.125	28,00%
Variação da Produção	0	0	0	
Impostos e Taxas	612.000	688.790	688.790	12,55%
Transferências e Subsídios Obtidos	5.760.856	5.820.475	5.820.475	1,03%
TOTAL PROVEITOS	7.396.324	7.310.887	7.753.924	4,83%
Custo Mercadorias Matérias-primas e Subsidiárias	112.374	63.817	63.817	-43,21%
Mercadorias	24.345	2.989	2.989	-87,72%
Matérias-Primas	88.029	60.828	60.828	-30,90%
Fornecimentos e Serviços a Terceiros	1.614.320	1.537.723	1.537.723	-4,74%
Custos com pessoal	2.807.562	3.156.147	3.156.147	12,42%
Amortizações	3.287.500	a) 3.287.500	a) 3.287.500	0%
Provisões	0	0	0	
Transferências e subsídios correntes concedidos	576.086	327.076	327.076	-43,22%
Outros custos de exploração	313	906	906	189,15%
TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO	8.398.155	8.373.169	8.373.169	-0,3%
RESULTADOS EXPLORAÇÃO	-1.001.832	-1.062.282	-619.245	-38,2%
Proveitos e ganhos extraordinários	540.000	459.819	459.819	-14,85%
Custos e perdas extraordinários	0	279.336	279.336	100%
RESULTADOS ANTES FUN. FINANCEIRA	-461.832	-881.799	-438.762	-5%
Proveitos e ganhos financeiros	342.650	684.786	c) 241.750	-29,45%
Custos e perdas financeiros	627.005	732.961	732.961	16,90%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	-746.187	-929.974	-929.973	24,6%
RESULTADOS LIQUIDOS	-746.187	-929.974	-929.973	24,6%

Nota:

a) Ainda não foram calculadas as amortizações de 2008, pelo que foram consideradas, na Demonstração de Resultados, as previstas no saneamento financeiro.

b) A coluna “2008 real corrigido” foi criada para efeitos de análise e comparabilidade dos custos e proveitos previstos no saneamento com os efectivamente realizados. O princípio da consistência obrigada a que sejam realçadas as diferenças no critério de relevação contabilística entre o previsto e o realizado.

c) Alteração do critério de registo da receita proveniente das Rendas de Concessão da EDP, que em sede de Plano de Saneamento foi considerada na rubrica de Prestação de Serviços enquanto a revelação contabilística no ano de 2008 se verificou ao nível da conta Proveitos e Ganhos financeiros (subrubrica “Rendimentos de Propriedade”).

2.2.1 PROVEITOS

Uma análise dos proveitos do Município permite-nos constatar um ligeiro crescimento de 4 % ao nível da “Venda de bens”, assumindo aqui papel principal a venda de água, que registou um crescimento de 20,9% face ao inicialmente previsto.

Os proveitos provenientes da “Prestação de Serviços” verificaram um crescimento de 28,0%. Para este facto, contribuíram de forma determinante receitas proveniente das “Rendas de Concessão da EDP”.

Quanto às rubricas “Impostos e taxas” e “Transferências e subsídios obtidos” registam também uma variação positiva de 12,55% e 1,03%. A variação positiva registada na rubrica “Transferências e subsídios correntes” seria mais significativa se não fosse a retenção de 10% nos fundos municipais a que o Município está sujeito por incumprimento dos Limites de Endividamento Municipal de 2006.

A título de conclusão, refira-se que os proveitos operacionais tiveram aumento de 4,83% derivado, principalmente, das Rendas de Concessão da EDP.

A rubrica “Proveitos e Ganhos Extraordinários” contempla, principalmente o movimento dos proveitos diferidos – subsídios/transferências para investimentos, que ascendeu a 349.451,79€. Estes proveitos são transferidos numa base sistemática à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

Os “Proveitos e Ganhos Financeiros” registaram uma redução de 29,45%, motivada pela redução verificada ao nível dos “Rendimentos de Propriedade” e das “Rendas” de habitações e outros edifícios municipais.

2.2.2 CUSTOS

Da análise das principais rubricas de custos de exploração podemos constatar que os mesmos se encontram ligeiramente abaixo dos valores estimados, exceção feita para os custos com o Pessoal que registam um acréscimo de 12,42%. Saliente-se que para este

facto foram determinantes os custos com o pessoal contratado a exercer funções no ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo, na sequência das delegações de competências do Estado (Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e Programa de Generalização de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo), o subsídio de refeição, as remunerações por doença, maternidade e paternidade, as horas extraordinárias, os encargos com a saúde e os encargos da entidade com a segurança social.

Destacamos a forte redução verificada ao nível dos custos com transferências e subsídios correntes concedidos (43,22%).

Se os custos totais de exploração estabilizaram de 2007 para 2008, o mesmo não se verifica ao nível dos custos extraordinários e custos financeiros que ultrapassaram os valores previstos.

O valor dos Custos Extraordinários não previstas no saneamento teve origem nas transferências de capital efectuadas para as Juntas de Freguesia do Concelho (149.050,28€) e Associação de Municípios do Planalto Beirão (26.393,54€) e para as Instituições sem fins lucrativos (81.101,44€) e famílias nos domínios da Acção Social (8.148,00€), não previstas.

Quanto aos “Custos e perdas Financeiros”, verificaram um aumento de 16,90%, dos custos não previstos no saneamento, derivados de juros comerciais vencidos à data do saneamento e relativos a atrasos verificados nos pagamentos a fornecedores (191.662,92€), mas apenas pagos no ano de 2008.

2.2.3 RESULTADOS

Como se verifica pelo mapa acima os resultados operacionais, no ano de 2008, excederam os valores previstos no saneamento. Porém, como foi evidenciado e explicado anteriormente o aumento dos custos extraordinários e dos custos financeiros e a perda de receitas não esperadas em Proveitos financeiros, contribuíram para exceder o resultado líquido negativo previsto.

2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução dos respectivos fluxos operacionais, de investimento e de financiamento.

Mapa 3

Mapa de Fluxos de Caixa

	2008 Estimado	2008 Real	Desvios
Actividades Operacionais			
Recebimentos	7.610.512	7.562.647	-0,63%
- Clientes	1.237.656	1.307.660	5,66%
- Impostos e taxas	612.000	671.433	9,71%
- Transferências	5.760.856	5.583.554	-3,08%
Pagamentos a Fornecedores	8.809.127	7.385.140	-16,16%
Pagamentos ao Pessoal	2.193.408	2.448.619	11,64%
SUBTOTAL	-3.392.023	-2.271.112	-33,05%
Outros recebimentos/pagamentos act.operacional	1.622.167	1.656.152	2,10%
SUBTOTAL	1.622.167	1.656.152	2,10%
FLUXO DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	-5.014.190	-3.927.264	-21,68%
Actividades de Investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			
Imobilizações corpóreas		34.303	100%
Imobilizações incorpóreas			
Subsídios de investimento		1.200.753	100%
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros			
Imobilizações Corpóreas	1.700.000	3.056.216	79,78%
Imobilizações Incorpóreas			
FLUXO DAS ACTIVIDADE INVESTIMENTO	1.700.000	1.821.160	7,13%
Actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos Obtidos	7.000.000	7.000.000	0%
SUBTOTAL	7.000.000	7.000.000	0%
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos Obtidos	488.093	455.473	-6,68%
Juros e custos similares	284.355	605.310	112,87%
FLUXO ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	6.227.552	5.939.216	-4,63%
CAIXA INICIO	1.246.320	113.858	
CAIXA FIM	759.683	304.650	-59,90%

O fluxo das actividades operacionais negativo resulta do pagamento efectuado de dívidas de curto prazo, inscrito na rubrica fornecedores, objecto da operação de saneamento financeiro, que teve como contrapartida a actividade de financiamento.

Saliente-se que apesar do investimento, no ano de 2008, ter ultrapassado em 1.356.216,00€ o previsto, o excedente foi praticamente compensado pelo subsídio recebido no valor de 1.200.753,00€, pelo que teve, apenas, um ligeiro efeito sobre as disponibilidades geradas.

Assim, o valor de “Disponibilidades” teria ultrapassado o previsto se o Município tivesse recebido os créditos certos e firmes que detém sobre terceiros, dos quais se destaca o Estado que, como aliás já referimos, não solveu os seus compromissos em tempo útil.

2.4 NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos o Mapa 4 com um conjunto de indicadores económico-financeiros.

Mapa 4
Indicadores Económico Financeiros

	2007	2008	2008 Real Corrigido
-FINANCEIROS			
Liquidez Geral	18	179	429
Solvabilidade	360	382	315
Autonomia Financeira	78	79	76
-COBERTURA			
C.Permanentes/Imobilizado	88	96	94
-FUNCIONAIS			
P.M. PAGAMENTOS	768	28	24
-ECONOMICOS			
CASH FLOW	2.378.637	2.541.313	2.357.527
MEIOS LIBERTOS TOTAIS	2.820.650	2.825.669	2.848.738

Constata-se, da análise do mapa anterior, que a capacidade do Município para solver os seus compromissos, melhorou significativamente.

Por outro lado face ao estabelecido pela LFL, o Endividamento Líquido em 2008, apresenta o valor de 4.767.886,7€, correspondendo a uma redução de 21,05%, face ao valor apurado pela DGAL em 2007, e a uma redução de 7,33% face ao valor previsto no Plano de Saneamento Financeiro conforme mapa abaixo, cumprindo assim o estabelecido no n.º 2 do artigo n.º 37 da lei n.º 2/2007.

Mapa 5 Endividamento Municipal

Em euros

Ano		Limite ao Endividamento			Endividamento			Capital em Dívida excepcionado	Montante em excesso		
		Líquido	MLP	CP	Líquido	MLP	CP		Líquido	MLP	CP
		1	2	3	4	5	6		7	8=1-4	9=2-5
2007	DGAL	6.766.884,2	5.413.507,4	541.350,7	12.806.014,5	5.983.226,1		1.490.785,4	6.039.130,3	569.718,7	
	DGAL Corrigido a)	6.766.884,2	5.413.507,4	541.350,7	12.806.014,5	12.983.226,1		1.490.785,4	6.039.130,3	7.569.718,7	-541.350,7
2008	Saneamento	7.809.872,5	6.247.898,0	624.789,8	12.954.667,0	13.070.061,6	502.285,0	1.427.256,4	5.144.794,5	6.822.163,6	-122.504,8
	Real	6.985.024,2	5.588.019,3	558.801,9	11.752.910,9	12.403.895,8	0,0	1.425.594,4	4.767.886,7	6.815.876,4	-558.801,9

a) A linha "DGAL corrigido" foi criada para efeitos de análise e comparabilidade dos montantes de endividamento em excesso, tendo sido considerados os efeitos do empréstimo de saneamento financeiro (7.000.000,00€)

3. EFEITOS DAS MEDIDAS ADOPTADAS

Como foi referido, a origem do endividamento, (ou do aumento do passivo financeiro) durante os últimos anos, esteve nos investimentos estruturantes realizados, que não foram financiados com meios libertos obtidos pelo Município, isto é, as disponibilidades geradas não foram suficientes para pagar a totalidade do orçamento da despesa de capital. Por outro lado, o aumento do passivo financeiro conduziu à ultrapassagem do limite do endividamento líquido (com a consequente retenção de 10% das transferências do Estado, agravando mais a situação financeira) e ao impedimento, subsequente, do recurso ao financiamento de médio e longo prazo para o pagamento das dívidas de curto prazo, apesar do Município, ter uma boa autonomia financeira (78%) e uma boa capacidade de endividamento a médio e longo prazo (solvabilidade com 360%).

O problema financeiro foi o resultado, **apenas**, da aplicação da nova lei das finanças locais (Lei n.º 2/2007) porque o Município possuía, à custa do valor do seu património, uma boa **capacidade de endividamento**.

Por isso, foi considerado que o Município não necessitava de medidas económicas (sobre custos e/ou proveitos), para se tornar viável economicamente, mas apenas de medidas puramente financeiras, de conversão da dívida de curto prazo em médio e longo prazo, isto é, de consolidação do passivo de curto prazo.

Porém, para não se resvalar para um desequilíbrio económico, durante o período do empréstimo, estabeleceram-se pressupostos/regras prudentes referidas no ponto 5.2 do Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente uma taxa anual de actualização do índice de preços de 2% e de taxas de crescimento reais para algumas rubricas, nas projecções financeiras, de maneira a que se **mantivesse** a sustentabilidade económica.

Neste sentido, o empréstimo de médio e longo prazo (receita de capital) para o pagamento de toda a dívida de curto prazo, foi a única **medida financeira** necessária ao restabelecimento do equilíbrio financeiro do Município. Acresceu a esta medida financeira, a

de um controle financeiro da realização prevista de investimentos co-financiados, em função dos meios libertos anualmente pelo Município.

A **medida financeira** adoptada, teve assim um forte **impacto, imediato, ao nível de:**

- Diminuição de 21,05% do endividamento líquido e de 9,96 % do endividamento de MLP;

- Realização dos investimentos estratégicos, de acordo com as disponibilidades de tesouraria geradas;

- Outros indicadores financeiros atrás referidos, nomeadamente o Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores, de 24 dias.

4. CONCLUSÃO

O plano de saneamento financeiro apresentado garantiu, assim, quer a sustentabilidade do equilíbrio económico, como fica demonstrado pelo nível de resultados de exploração e líquidos, quer o equilíbrio financeiro, pela redução do limite de endividamento líquido e do endividamento de MLP.

Por tudo o que atrás foi exposto tendo por referência 31/12/2008, consideramos **ser legítimo concluir que, em termos globais, o Município de Vouzela está a cumprir o seu Plano de Saneamento Financeiro.**